



2º Simulado Especial

# TRF 3

Analista Judiciário - Área  
Judiciária - Pós-Edital

# Simulado

2º Simulado Especial TRF-3 (Analista Judiciário - Área Judiciária)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Judiciária do TRF-3**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/FWrHP1SxRbVHDEfu8>

- |                      |                      |                      |                      |                      |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

## SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/zc9xbv>

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

Marina foi, no fim de semana, almoçar em um restaurante e lá foi picada por mosquito. Em outro dia, almoçando na própria casa, no terraço, 16º andar, foi picada por mosquito. Da sua família de quatro pessoas, duas já tiveram dengue. Os mosquitos reinam em toda parte.

Muitas pessoas não acreditam nas epidemias. Será esse modo de pensar que faz com que joguem lixo no terreno atrás da própria casa ou usem o próprio quintal para desovar qualquer tranqueira? Na luta contra o mosquito, Oswaldo Cruz retirou 36 carroças de lixo de casas e terrenos! Mas isso foi no século passado. De lá para cá, a cidade só cresceu, e o lixo com ela.

O combate a um mosquito não pode ter início quando ele começa a plantar bebês microcéfalos nas estatísticas do país. Aí já é tarde. Uma guerra que se pretende ganhar teria que ter começado dotando de esgoto as moradias, recolhendo o lixo regularmente, e tornando cada cidadão moralmente consciente da sua importância numa luta que é de todos.

(Marina Colasanti. Disponível em: <http://www.marinacolasanti.com>)

**01.** A partir da leitura do texto, é correto afirmar que

- a) Marina não toma atitudes preventivas para deter o mosquito.
- b) A ação de Oswaldo Cruz foi inútil para a contenção do mosquito.
- c) A atitude das pessoas pode favorecer o surgimento dos mosquitos.
- d) Marina frequenta lugares que deixam água parada.
- e) Fazer a gestão correta do lixo não traz impactos positivos para conter o mosquito.

**02.** Leia as frases a seguir:

- O computador deve, **portanto**, estar inserido em atividades essenciais.
- A maioria dos profissionais usam a rede mundial de computadores **para** seu planejamento.
- **Quando** os alunos e professores estão distantes, esse recurso se torna indispensável.

Os termos em destaque estabelecem, respectivamente, as seguintes relações de sentido com os demais elementos:

- a) moderação, finalidade, tempo
- b) causa, finalidade, circunstância
- c) conclusão, motivo, tempo
- d) ênfase, finalidade, circunstância
- e) conclusão, finalidade, tempo

**03.** Há palavra ou expressão com sentido conotativo em:

- a) A insegurança é muito presente no cotidiano de moradores de grandes centros urbanos.
- b) O policiamento garante certa tranquilidade em áreas de lazer da cidade.
- c) Investimentos são necessários para a renovação da segurança pública.
- d) Nas metrópoles, os moradores vivem reféns do medo.
- e) Entre a população mais idosa, uma porcentagem considerável deseja se mudar para lugares com maior segurança e qualidade de vida.

04. Em relação \_\_\_\_\_ proposta apresentada, o texto reproduziu o que estamos reivindicando \_\_\_\_ anos. O relator se referia \_\_\_\_\_ todas as condições de trabalho.

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas dos enunciados devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) à, há, a
- b) a, a, a
- c) a, à, à
- d) à, há, à
- e) há, a, a

05. A mesma regra para o emprego da vírgula em "O Presidente, que foi eleito democraticamente, será novamente candidato" pode ser observada em

- a) Assim que anoiteceu, todos foram dormir.
- b) Os alunos, muito inteligentes e atentos, foram aprovados.
- c) Os carros, as motos, as bicicletas e as pessoas lotam o centro da cidade.
- d) A chegada da encomenda, quando estávamos em tempos normais, não demorava muito.
- e) Se todos fossem iguais, sobrariam talentos desperdiçados.

06. A frase em que o termo destacado apresenta a regência de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) **Assistimos** o espetáculo sem piscar os olhos.
- b) **Obedeça** os seus pais!
- c) **Assiste** aos prejudicados o direito de indenização.
- d) João tinha certeza de que estava **apto** de fazer o trabalho.
- e) Ana **namorava** com o João.

07. Levando-o a um estado mental de paz e caos, a filosofia enobrece o homem, como se tudo que tivesse vivido antes fosse menor que o instante atual.

A frase acima conservará seu sentido e sua correção formal no caso de o elemento sublinhado ser substituído por

- a) Permitindo-lhe chegar em um estado mental de paz e caos.
- b) Embora o leve a um estado mental de paz e caos.
- c) Ainda que o leve a um estado mental de paz e de caos.
- d) Uma vez que o conduz a um estado mental de paz e de caos.
- e) Possibilitando-o alcançar um estado mental de paz e caos

08. *Todas essas etapas, \_\_\_\_\_ para o correto andamento do processo, precisam estar de acordo com as regras \_\_\_\_\_ pelas autoridades locais, em conformidade com as regras aplicadas a todos os candidatos que \_\_\_\_\_ na seleção. O que se pode afirmar é que há \_\_\_\_\_ vagas.*

Para que o texto esteja de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e nominal, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) necessárias... passadas...se inscreveu... bastantes
- b) necessárias... passadas... se inscreveram... bastantes
- c) necessário... passadas... se inscreveram... bastantes
- d) necessárias... passadas... se inscreveram... bastante
- e) necessária... passadas... se inscreveu... bastantes



09. Transpondo-se a frase “Um estudo realizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) aponta um aumento de 90,5% nos casos de depressão entre os brasileiros desde o início da quarentena” para a voz passiva, a forma verbal resultante será:

- a) é apontado
- b) apontam-se
- c) foi apontado
- d) era apontado
- e) tinha sido apontado.

10. De acordo com o Manual de Redação da Presidência da República (3ª edição), é correto afirmar que:

- a) O cabeçalho é utilizado em todas as páginas do documento, centralizado na área determinada pela formatação.
- b) Os documentos oficiais devem ser identificados de maneira completa da seguinte maneira: nome do documento e indicação de numeração.
- c) O vocativo deve ser destacado em negrito e sinalizado com uma vírgula.
- d) O único fecho permitido em mensagem é *respeitosamente*.
- e) No endereçamento a autoridades tratadas por Vossa Excelência no corpo do ofício, a forma será “A Sua Excelência o Senhor” ou “A Sua Excelência a Senhora”.

### RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

*Eduardo Mocellin*

11. Tiago, Bruno, Pedro, Diego e Eduardo são amigos que apresentam formações diferentes. Um é veterinário, um é matemático, um é químico, um é biólogo e um é geólogo. Sabe-se que:

- Tiago, Pedro e o matemático não são corintianos;
- O químico dá sempre carona para Eduardo;

- Tiago, Pedro e Diego sempre almoçam com o geólogo;
- O veterinário trabalha próximo de Pedro, Diego e Bruno, mas distante do químico.

Desse modo, é correto afirmar que Bruno é

- a) matemático
- b) biólogo
- c) geólogo
- d) químico
- e) veterinário

12. Joaquim iniciou um tratamento que consiste em tomar um comprimido dia sim, dia não. Ele deve tomar todos os comprimidos de uma embalagem que contém 35 comprimidos.

Se ele tomou o primeiro comprimido em uma segunda-feira, então ele tomou o último comprimido em:

- a) uma sexta-feira.
- b) um sábado.
- c) um domingo.
- d) uma segunda-feira.
- e) uma terça-feira.

13. Uma indústria demitiu 10% dos seus trabalhadores. No semestre seguinte, contratou 10 pessoas. Após outros seis meses, novamente foram feitas demissões, no total de 10% do quadro de trabalhadores corrente. Ao final desse processo que durou 12 meses, a indústria ficou com 84% do total inicial de trabalhadores. O número final de trabalhadores dessa indústria, após as demissões e contratações, é de:

- a) 84
- b) 168
- c) 252
- d) 336
- e) 420

14. Uma gaveta X tem dez meias pretas e uma gaveta Y tem dez meias amarelas. Essas são as únicas meias contidas nas duas gavetas. Retiram-se quatro meias da gaveta X, que são então colocadas na gaveta Y. Agora, retiram-se, aleatoriamente, cinco meias da gaveta Y, que são então colocadas na gaveta X.

Após essas transferências, é correto afirmar que:

- a) só ficaram meias amarelas na gaveta Y;
- b) só ficaram meias pretas na gaveta X;
- c) há pelo menos uma meia preta na gaveta Y;
- d) há pelo menos uma meia amarela na gaveta X;
- e) há mais meias amarelas na gaveta Y do que meias pretas na gaveta X.

15. Em um mesmo dia, ou Tiago treina musculação ou Tiago pratica natação. Se Tiago treina musculação, então ele fica irritado. No dia em que Tiago pratica natação, ele não vai à praia. Ora, ontem Tiago não estava irritado.

Sendo assim, é correto concluir que ontem Tiago

- a) treinou musculação.
- b) treinou musculação ou não praticou natação.
- c) não estava irritado e foi à praia.
- d) não estava irritado e treinou musculação.
- e) não foi à praia.

## **NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

*Lilian Novakoski*

16. Com base na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei n.º 13.416/2015, marque V para as afirmativas verdadeiras a seguir e F para as falsas.

- ( ) Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa com deficiência até os 18 (dezoito) anos de idade.
- ( ) A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada.
- ( ) A O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.
- ( ) É vedada a cobrança de valores adicionais de qualquer natureza em mensalidades, anuidades e matrículas de instituições de ensino por requerimentos de adequações e modificações necessárias ao atendimento de pessoas com deficiência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, considerando as afirmativas de cima para baixo.

- a) V, V, F, F.
- b) F, F, F, V.
- c) F, V, V, V.
- d) V, F, F, F.
- e) V, V, V, F.

**17.** Com base na Lei n.º 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) assinale a alternativa incorreta:

- a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sendo prevista, entre outras situações, a preferência na restituição do imposto de renda.
- b) As operadoras de planos e seguros privados de saúde são obrigadas a garantir à pessoa com deficiência, no mínimo, todos os serviços e produtos ofertados aos demais clientes.
- c) Fica assegurado à pessoa com deficiência o recebimento de boletos, recibos, extratos e cobranças de tributos em formato acessível, quando solicitar.
- d) Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior e de educação profissional e tecnológica, públicas, poderá ser deferida dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade.
- e) Nos teatros e cinemas deve ser garantido espaços livres e assentos para a pessoa com deficiência, de acordo com a capacidade de lotação da edificação, não podendo ser cobrada taxa extra no valor do ingresso.

**18.** A Lei Brasileira de Inclusão prevê que produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social refere-se a:

- a) Acessibilidade
- b) Barreiras
- c) Tecnologia assistiva ou ajuda técnica
- d) Desenho Universal

e) Mobiliário Urbano

**19.** O Congresso Nacional votou a Lei nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, que trata do atendimento prioritário a algumas pessoas.

Em relação ao disposto nessa lei, analise os itens e assinale a alternativa correta:

- I - O atendimento prioritário poderá ser realizado mediante discriminação de postos, caixas, guichês, linhas ou atendentes específicos para esse fim.
- II - Caso não haja atendentes específicos para a realização do atendimento prioritário, as pessoas que tem direito ao atendimento prioritário deverão ser atendidas imediatamente após a conclusão do atendimento das outras pessoas que estiverem na fila de atendimento normal.
- III - Os logradouros e sanitários públicos, bem como os edifícios de uso público, terão normas de construção, para efeito de licenciamento da respectiva edificação, baixadas pela autoridade competente, destinadas a facilitar o acesso e uso desses locais pelas pessoas portadoras de deficiência.

Estão de acordo com o disposto na Lei nº 10.048/00 os itens:

- a) I, II e III.
- b) I, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e III.
- e) Nenhum dos itens.

**20.** Joana, deficiente auditiva, não consegue acessar informações no site do seu banco, por falta de acessibilidade. Maria, deficiente física, usa cadeiras de roda e não consegue acessar um supermercado, pois falta elevador e rampas de acesso. Tais situações hipotéticas tratam de, respectivamente, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, barreiras:

- a) Atitudinais e Arquitetônicas
- b) Tecnológicas e Urbanística
- c) Comunicação e Informação e Arquitetônicas
- d) Tecnológicas e Atitudinais
- e) Comunicação e Informação e Urbanística

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO ADMINISTRATIVO

*Antônio Daud*

**21.** A respeito das regras aplicáveis ao processo administrativo em âmbito federal, assinale a alternativa correta.

- a) O processo administrativo não será paralisado, em regra, caso um parecer obrigatório e não vinculante deixe de ser emitido no prazo fixado.
- b) É vedado a formulação em único requerimento de diversos pedidos que possuam conteúdos idênticos.
- c) O reconhecimento de firma é requisito indispensável para a formalização dos atos do processo administrativo.
- d) Os atos de instrução do processo que exijam a atuação dos interessados devem ser realizados de modo menos oneroso para a Administração.
- e) O recurso das decisões administrativas restringe-se a discutir aspectos de legalidade, não de mérito.

**22.** No que se refere à Lei de Improbidade Administrativa, considerando a redação atualizada da Lei 8.429/1992 e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) Para a caracterização dos atos de improbidade exige-se exclusivamente a voluntariedade do agente.
- b) Admite-se conduta culposa para a caracterização de ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.
- c) A perda patrimonial decorrente da atividade econômica é elemento suficiente para se caracterizar ato de improbidade administrativa.
- d) É cabível a presunção de ocorrência de dano para condenação por ato de improbidade que causa lesão ao erário.
- e) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.



**23.** A respeito da demissão de empregados públicos concursados, assinale a alternativa que se amolda ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF):

- a) Sociedades de Economia mista poderão dispensar seus empregados exclusivamente na hipótese de enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) A instauração de processo administrativo ou sindicância é requisito indispensável para a demissão de empregados concursados.
- c) Empresas públicas prestadoras de serviço público próprio do Estado que atuam em regime não concorrencial não têm o dever de motivar a demissão de seus empregados concursados, dado tratar-se de ato *ad nutum*.
- d) Empregado público admitido mediante concurso público não pode ser demitido após 3 anos de efetivo exercício do emprego.
- e) Empresas públicas em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

**24.** Assinale a afirmativa INCORRETA a respeito da organização da Administração Pública.

- a) A desconcentração ocorre exclusivamente dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- b) Os conselhos de fiscalização profissional, enquanto entidades de direito público, submetem-se ao regime de precatórios.
- c) A imunidade tributária recíproca pode ser aplicada a empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos de prestação obrigatória e exclusiva do Estado.
- d) Agência executiva consiste na qualificação dada à autarquia ou fundação que tenha celebrado contrato de gestão com o Poder Público.
- e) O consórcio público constituirá ou associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.

**25.** Considerando as normas previstas na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB) acerca da decisão administrativa e da responsabilidade do agente público, é INCORRETO afirmar:

- a) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar, quando for o caso, as condições para que a regularização do ato ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.
- b) A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, podendo ser declaradas inválidas situações plenamente constituídas, com base em mudança posterior de orientação geral.
- c) A decisão que estabelecer orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.
- d) A decisão que decretar a invalidação de ato administrativo deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas.
- e) Não se deve decidir com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

**26.** Tomando por base as regras constitucionais quanto ao direito de greve dos servidores públicos, é correto afirmar que:

- a) é expressamente vedada a realização de greve por servidores públicos em geral.
- b) será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar específica.
- c) é permitida a deflagração de greve por agentes públicos, sejam civis ou militares.
- d) o Congresso Nacional já editou a lei que regulamenta especificamente o direito de greve no serviço público.
- e) é vedada a realização de greve por servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública, sejam militares ou civis.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

*Adriane Fauth*

**27.** A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

- a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.
- b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.
- c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”.
- d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o

Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.

- e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou “ad hoc”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

**28.** Assinale a opção correta em relação aos direitos políticos.

- a) Serão realizadas concomitantemente às eleições municipais as consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais e encaminhadas à Justiça Eleitoral até 60 dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, Senador e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- c) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) O militar alistável é elegível, se contar menos de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.

**29.** A Lei nº 123/2023 do Estado Beta obriga pessoas físicas ou jurídicas, independentemente da atividade que exerçam, a oferecer estacionamento ao público, a cercar o respectivo local e a manter funcionários próprios para garantia da segurança, sob pena de pagamento de indenização em caso de prejuízos causados ao dono do veículo. Em relação à constitucionalidade da referida lei estadual, com base na ordem jurídico-constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) É inconstitucional, pois trata-se de competência exclusiva da União de legislar acerca da matéria concernente ao Direito Civil.
- b) É constitucional, pois, tratando a Lei de temática afeta ao Direito Civil, a competência legislativa concorrente entre a União e os Estados permite que Gama legisle sobre a matéria.
- c) É inconstitucional, pois, conforme a Constituição Federal, compete ao ente municipal legislar sobre Direito do Consumidor.
- d) É constitucional, pois versa sobre matéria afeta ao Direito do Consumidor, cuja competência legislativa privativa pertence ao Estado Gama.
- e) É inconstitucional, pois viola a competência privativa da União de legislar sobre matéria concernente ao Direito Civil.

**30.** O Presidente da República editou quatro medidas provisórias (MPs), cada qual com o seguinte objeto:

- (1ª MP) autorizou que os Estados e o Distrito Federal legislassem sobre desapropriação em seu território;
- (2ª MP) alterou a alíquota de certo imposto de competência da União;
- (3ª MP) abriu créditos extraordinários ao orçamento da União, com o objetivo de atender a despesas imprevisíveis e urgentes decorrentes de comoção interna; e
- (4ª MP) alterou as regras do processo disciplinar dos servidores públicos civis da União.

O Partido Político Alfa, insatisfeito com a edição das medidas provisórias, consultou o seu advogado a respeito da compatibilidade formal desses diplomas normativos com a ordem constitucional, considerando o objeto de cada qual. O advogado, abstendo-se de considerações em torno de sua relevância e urgência, respondeu corretamente que, sob a ótica formal,

- a) apenas a 2ª, a 3ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- b) apenas a 1ª e a 4ª medidas provisórias são constitucionais.
- c) apenas a 2ª e a 3ª medidas provisórias são constitucionais.
- d) todas as medidas provisórias são constitucionais.
- e) apenas a 2ª medida provisória é constitucional.

**31.** Compete privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

- a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- c) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- d) Decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- e) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

**32.** À luz do que dispõe a Constituição Federal acerca da organização do Poder Judiciário,

- a) compete aos próprios Tribunais Regionais do Trabalho a iniciativa da elaboração de projeto de lei que disponha sobre planos de cargos e salários de seus membros, bem como de seus serviços auxiliares.
- b) todos os tribunais brasileiros devem observar a regra do “quinto constitucional”, que estabelece que um quinto de seus lugares será composto de membros do Ministério Público e da advocacia.
- c) um advogado ou um membro do Ministério Público que for nomeado desembargador de um Tribunal de Justiça somente adquirirá a vitaliciedade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- d) lei complementar, de iniciativa do Congresso Nacional, disporá sobre o Estatuto da Magistratura.
- e) compete privativamente aos tribunais propor a criação de novas varas judiciárias.

## **DIREITO PREVIDENCIÁRIO**

*Adriana Menezes*

**33.** O regime geral de previdência social (RGPS) tem como beneficiários, os segurados e seus dependentes. Analise as alternativas abaixo sobre os beneficiários do RGPS e marque aquela que a considerar correta.

- a) Suponha que José dos Peixes, morador no interior da Amazônia, faça da pesca artesanal seu principal meio de vida, utilizando de embarcação de pequeno porte. Nesse caso hipotético, para se filiar ao RGPS, José dos Peixes poderá fazer a sua inscrição como segurado contribuinte individual.
- b) É considerado segurado obrigatório o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social (RPPS).
- c) Presentes os pressupostos da filiação, é admitida a inscrição post mortem dos segurados contribuinte individual, facultativo e do segurado especial.

d) Suponha que um servidor público do Estado do Mato Grosso tenha sido nomeado para exercer um cargo em comissão junto a uma fundação pública estadual, momento em que tenha optado por continuar recebendo remuneração do órgão em que exerce o cargo efetivo. Nessa situação hipotética, em decorrência do cargo que passou a exercer na fundação pública, o referido servidor passa a integrar a condição de segurado obrigatório do RGPS.

e) A filiação de um segurado obrigatório à previdência social se concretiza com o pagamento da primeira contribuição previdenciária sem atraso desse segurado.

**34.** Carlos Henrique, estudante de 17 anos, inscreveu-se no RGPS como segurado facultativo e vinha recolhendo no prazo legal sua contribuição previdenciária. Acontece que, Carlos Henrique passou a enfrentar graves problemas financeiros que o impossibilitaram de recolher as devidas contribuições dos últimos cinco meses. Neste caso, em regra, Carlos Henrique

- a) mantém a qualidade de segurado, até dez meses após a cessação das contribuições.
- b) não manterá a qualidade de segurado, uma vez que a Lei nº 8.213/1991 resguarda esta qualidade até três meses após a cessação das contribuições.
- c) não manterá a qualidade de segurado, uma vez que a Lei nº 8.213/1991 resguarda esta qualidade até 01 mês após a cessação das contribuições.
- d) não manterá a qualidade de segurado, uma vez que a Lei nº 8.213/1991 resguarda esta qualidade até trinta dias após a cessação das contribuições
- e) mantém a qualidade de segurado até seis meses após a cessação das contribuições.

**35.** Em 2023, Maria Eduarda se aposentou pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). No ano seguinte, ela sofreu um acidente vascular cerebral que a deixou em estado vegetativo, demandando cuidados permanentes de terceiros. Diante do caso hipotético narrado acima, assinale a opção correta.

- a) Maria Eduarda tem direito ao acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei n.º 8.213/1991, independentemente da espécie de sua aposentadoria.
- b) Maria Eduarda não tem direito ao acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei n.º 8.213/1991, porque sua concessão restringe-se aos segurados que estejam em atividade quando da ocorrência de grande invalidez.
- c) Caso lhe seja concedido o acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei n.º 8.213/1991, Maria Eduarda terá seu benefício reajustado, mesmo que já tenha atingido o limite legal.
- d) Maria Eduarda não terá direito ao acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria caso tenha-se aposentado por incapacidade permanente.
- e) Caso seja concedido a Maria Eduarda o acréscimo de 25% sobre o valor de sua aposentadoria, conforme previsto na Lei n.º 8.213/1991, o valor correspondente será incorporado ao seu benefício e não será reajustado em caso de aumento, por consistir em parcela indenizatória.

**36.** A Constituição Federal garante o benefício assistencial correspondente a 01 (um) salário-mínimo à pessoa com deficiência e à pessoa idosa que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, atendidos os critérios da lei. Com base no que dispõe a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei n. 8.742/93), assinale a alternativa correta.

- a) O benefício de prestação continuada da assistência social não poderá ser concedido a mais de um membro da mesma família nem poderá ser recebido conjuntamente com pensão por morte.
- b) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício assistencial de prestação continuada – BPC-LOAS.
- c) Para fins de concessão do benefício de prestação continuada previsto na LOAS, a família é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais, os irmãos solteiros e os filhos, ainda que eles não vivam sob o mesmo teto.
- d) Caso uma pessoa com deficiência que receba BPC-LOAS passe a exercer atividade remunerada na qualidade de microempreendedor individual, o órgão concedente desse benefício deverá suspendê-lo.
- e) O BPC-LOAS somente poderá ser concedido a brasileiro nato ou naturalizado.



**37.** De acordo com a legislação do regime próprio de previdência social dos servidores efetivos da União, o(a) servidor(a) com deficiência poderá se aposentar:

- a) aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, desde que cumpridos 28 (vinte e oito) anos de contribuição, se mulher, e 33 (trinta e três) anos de contribuição, se homem, tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria
- b) aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência leve.
- c) aos 60 anos de idade, se homem e aos 55 anos, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.
- d) aos 55 anos de idade, se homem e, aos 50 anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.
- e) aos 65 anos de idade, se homem e, aos 62 anos de idade, se mulher, independentemente do grau de deficiência, desde que tenha cumprido o tempo mínimo de 10 anos de exercício efetivo de serviço público e 05 anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria e tenha, no mínimo, 15 (quinze) anos de contribuição na condição de segurado com deficiência.

**38.** No que diz respeito ao regime de previdência complementar instituído pelos entes federados para seus servidores, é correto afirmar que

- a) Com a reforma da previdência trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, a instituição de regime de previdência complementar passou a ser imposição constitucional.
- b) O regime de previdência complementar deverá ser instituído pelo ente federado por meio de lei complementar.
- c) Os planos de benefícios serão oferecidos nas modalidades de benefício definido ou de contribuição definida.
- d) Os servidores que ingressarem no serviço público após a vigência do regime de previdência complementar deverão fazer a adesão ao regime de previdência complementar e terão seus benefícios de aposentadoria e pensão por morte limitados ao valor máximo estabelecido para os benefícios do RGPS.
- e) Os servidores que ingressaram no serviço público antes da vigência do regime de previdência complementar não poderão aderir ao regime de previdência complementar instituído pelo ente federativo.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL***Ricardo Torques*

**39.** Acerca do processo de execução, considere:

I – O exequente pode cumular várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, quando o executado for o mesmo e desde que para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento.

II – O oficial de justiça poderá cumprir os atos executivos determinados pelo juiz também nas comarcas contíguas, de fácil comunicação, mas não nas que se situem na mesma região metropolitana.

III – Nos títulos executivos constituídos ou atestados por meio eletrônico, é admitida qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei, dispensada a assinatura de testemunhas quando sua integridade for conferida por provedor de assinatura.

IV – A existência de título executivo extrajudicial não impede a parte de optar pelo processo de conhecimento, a fim de obter título executivo judicial.

V – A alienação em fraude à execução é inválida em relação ao exequente.

De acordo com o Código de Processo Civil, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e III.
- b) I, II e III.
- c) II, III e IV.
- d) IV e V.
- e) I, III e IV.

**40.** De acordo com o Código de Processo Civil,

- a) Quando na sentença houver uma parte líquida e outra ilíquida, ao credor é lícito promover simultaneamente a execução daquela e, em autos apartados, a liquidação desta.
- b) A liquidação não poderá ser realizada na pendência de recurso.
- c) Quando a sentença condenar ao pagamento de quantia ilíquida, proceder-se-á à sua liquidação por arbitramento, quando houver necessidade de alegar e provar fato novo.
- d) Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, será necessária a instauração de liquidação de sentença pelo procedimento comum.
- e) Na liquidação permite-se modificar a sentença que a julgou.

**41.** Sobre a ordem processos no tribunal e a sua previsão no Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

- a) Distribuídos, os autos serão imediatamente conclusos ao relator, que, em 15 (quinze) dias, depois de elaborar o voto, restituirá, com relatório, à secretaria.
- b) A apelação será julgada antes do agravo de instrumento interposto no mesmo processo.
- c) Lavrado o acórdão, sua ementa será publicada no órgão oficial no prazo de 5 (cinco) dias.
- d) Todo acórdão conterá ementa.
- e) O voto vencido será necessariamente declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, ressalvado de pré-questionamento.

**42.** A respeito das partes e dos procuradores, em consonância com as regras vigentes atualmente na sistemática processual civil brasileira,

- a) A curatela especial será exercida pelo Ministério Público, nos termos da lei.
- b) A falta de consentimento do cônjuge, quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo.
- c) A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos Municípios associados e independerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.
- d) Nem toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- e) Quando o inventariante for dativo, é desnecessária a intimação dos sucessores do falecido no processo no qual o espólio seja parte.

**43.** De acordo com o Código de Processo Civil, responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé

- a) Apenas como autor.
- b) Apenas como réu ou autor.
- c) Apenas como autor ou interveniente.
- d) Apenas como réu ou interveniente.
- e) Como autor, réu ou interveniente.

**44.** De acordo com o que estabelece o Código de Processo Civil acerca da sentença e da coisa julgada:

- a) Oferecida a contestação, a extinção do processo por abandono da causa pelo autor não depende de requerimento do réu.
- b) A desistência da ação pode ser apresentada até o trânsito em julgado da sentença.

c) O pronunciamento judicial que não resolve o mérito obsta a que a parte proponha de novo a ação.

d) Se o autor der causa, por 3 (três) vezes, a sentença fundada em abandono da causa, não poderá propor nova ação contra o réu com o mesmo objeto, ficando-lhe ressalvada, entretanto, a possibilidade de alegar em defesa o seu direito.

e) A decisão deve ser certa, salvo se resolver relação jurídica condicional.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

*Renan Araújo*

**45.** Lucas foi denunciado pelo Ministério Público Federal em razão da suposta prática do crime de corrupção ativa (reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa.). O Oficial de Justiça Federal não encontrou o réu no endereço indicado na denúncia, certificando que Lucas estaria em local incerto e não sabido. Após diligências, não foi possível obter o novo endereço do réu. O Juízo Federal, então, determinou a citação do réu por edital. Findo o prazo do edital, o réu não compareceu, mas constituiu advogado.

Nesse caso, o Juiz deverá:

- a) dar seguimento ao processo.
- b) nomear ao réu um defensor, a quem caberá apresentar resposta à acusação.
- c) suspender apenas o curso do processo.
- d) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, indefinidamente.
- e) suspender o processo, ficando também suspenso o curso do prazo prescricional, estando a suspensão do prazo prescricional limitada ao prazo de prescrição previsto considerando a pena máxima cominada ao delito.

**46.** Daniel está sendo investigado em inquérito policial, que tramita junto à Polícia Federal, pela suposta prática do crime de furto simples praticado em detrimento da Caixa Econômica Federal (pena: reclusão de 01 a 04 anos e multa). Nesse caso, é correto afirmar que a prisão preventiva:

- a) poderá ser decretada de ofício pelo Juiz, ainda que Daniel seja primário.
- b) não poderá ser decretada, ainda que o infrator seja reincidente em crime doloso.
- c) poderá ser decretada, se presentes os demais requisitos, caso o infrator seja reincidente em crime doloso.
- d) não poderá ser decretada sem que haja requerimento do Ministério Público, ainda que haja representação da autoridade policial.
- e) não poderá ser decretada, por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça à pessoa.

**47.** Mauro e Arnaldo foram denunciados pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo concurso de agentes (reclusão de 02 a 08 anos e multa), em tese praticado contra uma agência dos Correios. Na sentença, o Juízo Federal condenou Mauro pelo referido crime, nos termos da denúncia. Todavia, reconheceu a prescrição da pretensão punitiva em relação a Arnaldo, eis que, por ter menos de 21 anos à época do fato, o crime já estaria prescrito, na medida em que o prazo prescricional foi reduzido pela metade.

O Ministério Público, inconformado com a parte da sentença que reconheceu a extinção da punibilidade em relação a Arnaldo, deverá interpor:

- a) Apelação, no prazo de 05 dias
- b) Apelação, no prazo de 10 dias
- c) Embargos de declaração, no prazo de 02 dias
- d) Recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- e) Recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias

**48.** Acerca dos recursos e do habeas corpus, assinale a alternativa correta:

- a) O efeito regressivo está presente apenas em algumas modalidades recursais, como o recurso em sentido estrito e a apelação.
- b) Os Juízes e Tribunais, ainda que verifiquem a existência de coação ilegal, não podem conceder de ofício ordem de *habeas corpus*.
- c) Se o habeas corpus for concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
- d) É cabível recurso em sentido estrito para impugnar a decisão de Juízo de primeira instância que concede a ordem de *habeas corpus*.
- e) No caso de concurso de agentes, a decisão relativa ao recurso interposto por apenas um deles não afetará os demais, independentemente dos fundamentos da decisão.

49. Fernando foi denunciado pelo Ministério Público Federal pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, Fernando teria se passado por um funcionário da empresa provedora de serviço de *internet* para, valendo-se da distração do gerente, subtrair dois *notebooks* pertencentes à Caixa Econômica Federal, avaliados em R\$ 6.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se está diante de:

- a) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- b) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- c) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- d) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.
- e) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar Fernando pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave que o delito originalmente imputado na denúncia.

50. Acerca da busca e apreensão, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É possível que a diligência de busca domiciliar seja determinada judicialmente com o objetivo de apreender pessoas vítimas de crimes.
- b) A busca pessoal dispensa autorização judicial para sua realização, em qualquer situação.
- c) O mandado de busca domiciliar deverá indicar, o mais precisamente possível, a casa em que será

realizada a diligência e o nome do respectivo proprietário ou morador.

- d) A busca veicular, a princípio, se equipara à busca pessoal.
- e) A busca pessoal em mulher será feita por outra mulher, se não importar retardamento ou prejuízo da diligência.

## DIREITO CIVIL

*Mário Godoy*

51. Com relação à personalidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Em atenção à tutela da dignidade da pessoa humana, a lei reconhece personalidade civil ao nascituro.
- b) São absolutamente incapazes aqueles que, por causa permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Conduz à emancipação o exercício de emprego público temporário ou efetivo.
- d) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência, se alguém, desaparecido em campanha, ou feito prisioneiro, não for encontrado até 2 anos após o término da guerra.
- e) Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presume-se que o mais velho morreu primeiro.



**52.** Com relação aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos cointeressados capazes, salvo se, nesse caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- b) A manifestação de vontade não subsiste, se o seu autor houver feito reserva mental de não querer o que manifestou.
- c) Os negócios jurídicos devem ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua execução.
- d) As partes poderão livremente pactuar regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração dos negócios jurídicos diversas daquelas previstas em lei.
- e) Os negócios jurídicos benéficos interpretam-se ampliativamente.

**53.** Com relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Dá-se a dação em pagamento quando o devedor contrai com o credor nova dívida, para extinguir e substituir a anterior.
- b) Se o credor for evicto da coisa recebida em pagamento, restabelecer-se-á a obrigação primitiva, ficando sem efeito a quitação dada.
- c) A novação por substituição do devedor depende do consentimento deste.
- d) A novação não extingue os acessórios e garantias da dívida, salvo estipulação em contrário.
- e) Podem ser objeto de novação as obrigações nulas e anuláveis.

**54.** Com relação ao contrato de compra e venda, assinale a alternativa correta.

- a) A compra e venda, quando pura, considera-se obrigatória e perfeita com a tradição, em se tratando de coisas móveis, e com o registro, tratando-se de bens imóveis.
- b) A fixação do preço pode ser deixada ao arbítrio exclusivo de uma das partes.
- c) Salvo cláusula em contrário, ficarão as despesas de tradição a cargo do comprador.
- d) É nula a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.
- e) Nas coisas vendidas conjuntamente, o defeito oculto de uma não autoriza a rejeição de todas.

**55.** Com relação ao penhor, a hipoteca e a anticrese, assinale a alternativa correta.

- a) Só aquele que pode alienar poderá empenhar, hipotecar ou dar em anticrese.
- b) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, se esta compreender vários bens.
- c) O credor anticrético tem direito a reter em seu poder o bem enquanto a dívida não for paga, extinguindo-se esse direito decorridos 10 anos da data de sua constituição.
- d) Não constitui hipótese de vencimento antecipado da dívida garantida por penhor, hipoteca ou anticrese o perecimento do bem dado em garantia por motivo de força maior, caso não seja substituído.
- e) Os sucessores do devedor podem remir parcialmente o penhor ou a hipoteca na proporção dos seus quinhões.

**DIREITO PENAL***Priscila Silveira*

**56.** Indique a alternativa correta, que contenha um crime contra a administração pública que pode ser cometido na modalidade omissiva própria:

- a) Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- b) Concussão.
- c) Condescendência criminosa.
- d) Excesso de exação.
- e) Advocacia administrativa.

**57.** Assinale a opção correta de acordo com o que o Código Penal afirma quanto ao concurso de pessoas

- a) Independentemente de serem elementares do crime, as circunstâncias e as condições de caráter pessoal não se comunicam.
- b) O juiz pode substituir a pena privativa de liberdade por pena de multa, se a participação for de menor importância.
- c) A pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave, no caso de concorrente que quis participar de crime menos grave.
- d) Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua periculosidade.
- e) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, em regra, são puníveis, salvo disposição expressa em contrário.

**58.** Respectivamente, possuem natureza jurídica de causa excludente de ilicitude, de culpabilidade e de punibilidade:

- a) consentimento do ofendido, erro de proibição e estado de necessidade.
- b) estado de necessidade, erro de tipo e legítima defesa.

- c) consentimento do ofendido, anistia e indulto.
- d) consentimento do ofendido, coação moral irresistível e a morte do agente.
- e) legítima defesa, coação física irresistível e *abolitio criminis*.

**59.** Acerca da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais e civis da sentença condenatória.
- b) Transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao juízo das execuções a aplicação da lei mais benigna.
- c) O tempo do crime adota a teoria da ubiquidade.
- d) Não é possível a ocorrência de *abolitio criminis* temporária no Direito Penal brasileiro.
- e) Aplica-se a teoria da ubiquidade nos crimes conexos.

**60.** Assinale a alternativa INCORRETA, sobre o capítulo da ação Penal no Código Penal Brasileiro

- a) A ação penal é pública, salvo quando a lei expressamente a declara privativa do ofendido.
- b) A ação pública é promovida pelo Ministério Público, dependendo, quando a lei o exige, de representação do ofendido ou de requisição do Ministro da Justiça.
- c) A ação de iniciativa privada é promovida mediante queixa do ofendido ou de quem tenha qualidade para representá-lo.
- d) A ação de iniciativa privada pode intentar-se nos crimes de ação pública, se o Ministério Público não oferece denúncia no prazo legal.
- e) Quando a lei considera como elemento ou circunstâncias do tipo legal fatos que, por si mesmos, constituem crimes, cabe ação pública em relação àquele, desde que, em relação a qualquer destes se deva proceder por iniciativa da Defensoria Pública.

## Estudo de Caso 1

Mévio, de 24 anos, separado, pai de Caio e Tícia, gêmeos de 3 anos de idade, no fim de semana destinado a ficar com os filhos, é convidado para uma festa de casamento. Não encontrando ninguém para ficar com as crianças e decidido a não perder a festa, Mévio aguarda os filhos dormirem e sai. Mévio fechou a porta do quarto das crianças, bem como todas as janelas do imóvel, a fim de abafar bem o barulho, para que os vizinhos não ouvissem o choro dos filhos, caso acordassem. Mévio permaneceu longe dos filhos por cerca de 5 horas. Quando retornou, já na madrugada, logo que abriu a porta de casa, ouviu o choro de um dos filhos. Chegando no quarto, contudo, notou que a menina, Tícia, estava imóvel, virada de bruços. Ao desvirar a criança, percebeu que ela já apresentava sinais arroxeados. Desesperado, o pai chama o socorro. A criança é levada ainda com vida para o hospital, mas não sobrevive. A criança morreu por asfixia, causada por espasmo do choro. Instaurado inquérito policial, Mévio negou que tivesse deixado os filhos sozinhos. No entanto, as imagens das câmeras de segurança do prédio, solicitadas pela Autoridade Policial, mostraram que Mévio saiu na noite dos fatos, permanecendo por pelo menos 5 horas longe dos filhos.

Considerando o fato típico, seus elementos e a ilustração hipotética, responda:

- Diferencie os crimes omissivos próprios dos impróprios.
- O resultado morte de Tícia pode ser imputado a Mévio? Fundamente a resposta.
- Com relação ao bebê Caio, que nada sofreu, o pai praticou algum crime? Fundamente a resposta.

Resposta em até 30 linhas.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Estudo de Caso 2

Pedro, brasileiro, solteiro, médico, propôs ação pelo procedimento ordinário visando a declarar a nulidade de negócio jurídico entabulado por Paulo e Marcos, tendo em vista que o real objetivo das partes contratantes seria lesar terceiros, o que caracterizaria simulação. Por completa falta de provas, o pedido veio a ser julgado improcedente, com a condenação do autor, também declarado parte legítima, nas verbas sucumbenciais, por decisão do Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca da Capital do estado W.

Um ano e meio após o trânsito em julgado, Pedro veio a descobrir, em virtude de exame em outro processo tramitando na 11ª Vara Cível da Comarca da Capital do estado W, proposto por Paulo em face de Ester, documento comprobatório da simulação do negócio jurídico, que fora guardado pelo mesmo em cofre bancário com senha de acesso exclusiva ao correntista.

Ciente do ocorrido, Pedro requereu certidão integral dos autos do referido processo e apresentou a ação cabível para desconstituir a decisão proferida anteriormente.

Considerando o caso hipotético, desenvolva uma resposta, indicando os aspectos relevantes do que foi narrado quanto às questões materiais e processuais.

Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:

[Correção de Redação](#)



**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.  
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---